

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores – CPIMST

REQUERIMENTO Nº DE 2023

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. Edimilson Alves assume como Diretor-Geral do Instituto Pensar Agro (IPA)

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVOCADO do Sr. Sr. Edimilson Alves assume como Diretor-Geral do Instituto Pensar Agro (IPA), na qualidade de testemunha.

JUSTIFICAÇÃO

Há quase dez anos, e minuciosamente, o antropólogo Caio Pompeia investiga o agronegócio brasileiro como um fenômeno político, tema de seu livro *Formação Política do Agronegócio*, lançado em 2021 (Editora Elefante). Em entrevista exclusiva a SUMAÚMA, o pesquisador, de fala suave e palavras escolhidas com cuidado, descreve como se deu a formação e a consolidação do Instituto Pensar Agropecuária (IPA), estratégico para o fortalecimento da atuação política do agronegócio na última década. Com sede em Brasília, equipe especializada, agenda de trabalho permanente e orçamento de mais de meio milhão de reais por mês, o IPA é responsável pela convergência de discursos das elites regionais, nacionais e transnacionais do agronegócio e pela atuação empresarial-parlamentar que fortaleceu a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no Congresso.

Como se deu o fortalecimento da articulação política do agronegócio em Brasília?

Existia um escritório político ainda informal mantido por representações do algodão e da soja de Mato Grosso, juntamente com alguns poucos deputados da chamada bancada ruralista no Congresso Nacional. Foi esse escritório que, em 2011, se tornou o Instituto Pensar Agropecuária [IPA]. Com a consolidação do IPA, em meados dos anos 2010, houve mudanças importantes na representação de interesses do agronegócio em Brasília. A primeira foi colocar em processo convergente as elites dos sistemas alimentares no Brasil, disciplinando a captação de recursos, unificando os discursos políticos e organizando um aparato técnico mais robusto. Outra mudança importante foi o aluguel de uma grande casa no Lago Sul [bairro nobre de Brasília que



concentra a maior renda per capita do país] e a montagem de uma equipe focada na representação de interesses empresariais, que deu impulso à especialização na defesa dos interesses desses atores. A terceira grande mudança foi o fortalecimento do núcleo estratégico da Frente Parlamentar da Agropecuária, composto de aproximadamente duas dezenas de parlamentares. Esse núcleo ampliou sua atuação em uma série de temas em que não tinha tanta capacidade de influência. É por meio do Instituto Pensar Agropecuária que o agronegócio se fortalece de maneira inigualada.

Mas o agronegócio já era um setor muito forte politicamente mesmo antes do IPA, não?

As elites agrárias detêm, historicamente, muito poder no Brasil, com certeza. Mas a articulação política sustentada delas com representantes de atividades industriais e terciárias, que caracteriza o agronegócio, foi perseguida desde os anos 1980 para enfrentar a perda de influência das cadeias de *commodities* [produtos primários] agropecuárias na política nacional, em razão de um conjunto de alterações econômicas no país. O IPA representa o êxito mais notável desse programa de articulação política. Com o IPA, o “agro” começa a ter maior incidência em temas nos quais antes era mais defensivo, como a agenda ambiental. Nos últimos anos, ampliou muito a atuação em inúmeros assuntos, passando, por exemplo, a tratar de políticas ligadas à alimentação, inclusive com movimentações para alterar o Guia Alimentar para a População Brasileira. Agora, no terceiro mandato de Lula, o agronegócio tem disputado, por exemplo, os rumos das principais reformas e a própria estrutura organizacional da Esplanada dos Ministérios, como estamos acompanhando.

Qual o papel e a participação das indústrias no Instituto Pensar Agropecuária?

O IPA nasceu como um escritório montado por entidades de representação da agropecuária, de fazendeiros. Durante as discussões sobre as mudanças no Código Florestal, algumas das corporações industriais começaram a participar mais ativamente e a contribuir financeiramente para o fortalecimento do instituto. Em 2015, houve uma mudança bastante relevante quando o Supremo [Tribunal Federal] proibiu o financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Foi justamente depois dessa proibição que aumentou de forma significativa a presença de associações industriais que financiam o IPA. A partir de 2017, as indústrias passaram inclusive a ser preponderantes numericamente em comparação com associações de fazendeiros. E isso se revelou também no aumento da participação delas na liderança de algumas das comissões do IPA, como meio ambiente, questões agrárias, relações internacionais e alimentação.

Quais são as principais fontes de financiamento do IPA e qual é seu orçamento anual?

São os recursos transferidos mensalmente por cerca de meia centena de associações ligadas ao agronegócio que são membros do instituto. As transferências, somadas, superam meio milhão de reais mensais.

A atuação dessas comissões do Instituto Pensar Agropecuária tem correlação com a atuação da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso?



Sim, justamente. A consolidação do IPA amplia a desestabilização das fronteiras entre o público e o privado na representação de interesses. O que ocorre é um processo conjunto de criação de propostas que possam ter efetividade política na capital do país. Anteriormente, atores empresariais do agronegócio tentavam construir uma posição de forma mais individual ou mais coletiva e, a partir disso, engajar o parlamentar A, B ou C para conseguir que aquela posição fosse defendida no Congresso. Agora, com o instituto, ocorre uma construção coletiva desde o começo. Um diálogo que é sistemático, com um conjunto de mediações, dentro desse casarão em Brasília. Há, portanto, uma construção que de saída é empresarial-parlamentar. O IPA é um bloco que organiza as principais elites regionais, nacionais e transnacionais do agronegócio no Brasil, assessoradas por agentes técnicos especializados e atuando juntamente com um núcleo de parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária. A partir dessas decisões empresariais-parlamentares, as bandeiras defendidas no Congresso se espraiam por meio de negociações com as presidências e lideranças partidárias das duas Casas do Congresso [Câmara e Senado], de trabalhos fragmentados com parlamentares e de negociações com lideranças do governo.

O site de olho nos ruralistas apresenta quem financia o Instituto Pensar

Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária

Empresas como Bayer, Basf, BRF, JBS, Bunge, Syngenta e Cargill compõem as associações do agronegócio cujos recursos custeiam o Instituto Pensar Agro (IPA), por sua vez o motor logístico da FPA, o principal braço da bancada ruralista

Por **Priscilla Arroyo**

O Instituto Pensar Agropecuária (IPA) é praticamente invisível. Não tem site oficial e há poucas informações públicas sobre as atividades que mantém. O IPA se apresenta como uma instituição que presta suporte técnico à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), grupo de associações e empresas do setor que reúne 257 deputados e senadores. É o braço institucional mais conhecido da bancada ruralista, a maior do Congresso.

Na presidência da FPA está o deputado Alceu Moreira (MDB-RS). Ele assumiu o cargo em fevereiro, sucedendo Tereza Cristina, atual ministra da Agricultura. Na prática, o IPA e a FPA se confundem: as instituições têm o mesmo e-mail para contato e o mesmo endereço – uma casa no Lago Sul, em Brasília, onde os parlamentares se reúnem todas as terças-feiras.

As verbas do IPA são direcionadas para a FPA. Até aí, fato conhecido – e relatado pelos próprios congressistas. Fato menos conhecido: esses recursos são oriundos da contribuição de 38 associações mantenedoras do IPA, que pagam uma mensalidade de pelo menos R\$ 20 mil cada uma. Isso significa R\$ 760 mil no caixa por mês. E quem mantém as associações? Multinacionais. Grandes empresas brasileiras do setor. Bancos.

De Olho nos Ruralistas identificou as empresas ligadas a doze dessas associações e listou as que têm mais relevância na economia. Dessa lista, fazem parte 22



das 50 maiores companhias do agronegócio no Brasil, de acordo com a revista Forbes. Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta, Bunge e Cargill são algumas delas.

Líder mundial em sementes e pesticidas, a alemã Bayer lidera também o levantamento ao apoiar cinco entidades que financiam o Instituto Pensar Agropecuária. Entre elas estão a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan). A Monsanto, que pertence à Bayer desde o ano passado, contribui com três mantenedoras do IPA. A empresa produz o Roundup, um dos pesticidas mais usados no mundo e alvo de milhares de processos judiciais nos Estados Unidos por conta das suspeitas de causar câncer.

A produtora de químicos Basf dá suporte a quatro entidades, entre as quais o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg). A Cargill, que processa e exporta grãos e está presente em 17 estados e em 191 municípios do Brasil, está entre as empresas que compõem a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal (Sindan) – ambos apoiadores do IPA.

A lista de mantenedores indiretos da bancada ruralista inclui duas grandes multinacionais do tabaco, a Souza Cruz e a Philip Morris, ambas fiadoras da Associação Brasileira da Indústria do Fumo. Corporações como Nestlé, Aurora e Danone, da Viva Lácteos. Ou o grupo André Maggi, capitaneado pelo ministro da Agricultura do governo Temer, Blairo Maggi. A empresa ajuda a bancar a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Apross) – uma das associações que têm mais influência na FPA, ao lado da Aprosoja.

A oitiva do sr. Edimilson Alves tem grande importância para explicar os financiamentos de empresas multinacionais à este Instituto que tem como objetivo principal assessorar o parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura em temas do rural com destaques para projetos que tem como objetivo democratizar a terra e na questão indígena impedir o reconhecimento dos seus legítimos territórios.

Diante desses fatos solicitamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões,

de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)



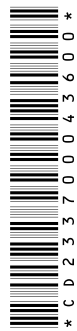
Dep. MARCON (PT/RS)

Apresentação: 23/05/2023 13:12:47 907 - CPIMS

REQ n.121/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nilto Tatto e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233700043600>





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer seja submetido à
deliberação do Plenário desta Comissão
Parlamentar de Inquérito o pedido ora
formulado de CONVOCAÇÃO do Sr.
Edimilson Alves assume como Diretor-
Geral do Instituto Pensar Agro (IPA)

Assinaram eletronicamente o documento CD233700043600, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Daiana Santos (PCdoB/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Valmir Assunção (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 7 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV

